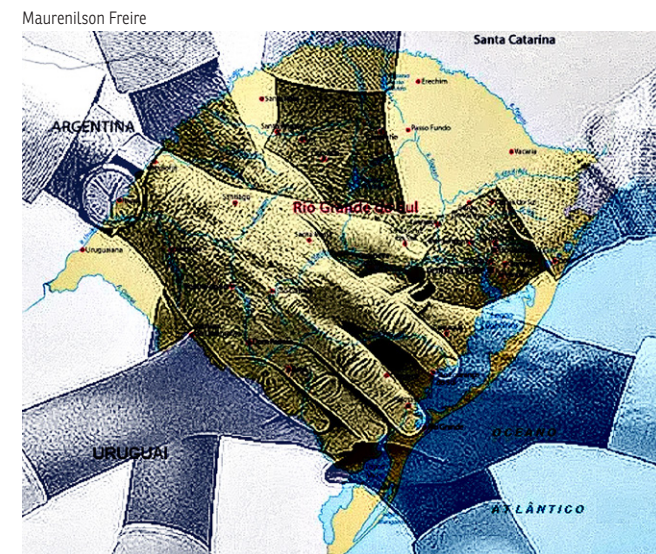




Luizazedo.df@dabr.com.br



Pedro França/Agência Senado



PEC elaborada por Vieira propõe facilitar contratos emergenciais

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Proposta de Fernanda sugere mudar o acordo da dívida gaúcha

Contrato simplificado e dívida sustada

» ALINE BRITO
» ÁNDREA MALCHER

Dois **propostas de Emenda à Constituição (PEC)**, uma do Senado e outra da Câmara, pedem a criação de uma espécie de “orçamento de guerra” para ajudar na recuperação do Rio Grande do Sul. Apresentadas nas últimas horas, uma é de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) — que é gaúcho de nascimento — e outra é da deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS).

A PEC 15/2024, que começou a tramitar entre os senadores, prevê que sejam aplicadas regras similares às adotadas durante a pandemia da covid-19, para permitir processos simplificados de contratação de pessoal temporário e emergencial, obras, serviços e compras. Além disso, a matéria propõe o adiamento de prazos de

Forma de tramitação

Para que possa avançar no Senado, uma proposta de emenda à constituição (PEC) precisa da assinatura de pelo menos um terço da Casa, ou seja, 27 parlamentares. O texto de autoria de Alessandro Vieira (MDB-SE) recebeu o apoio de 35 colegas e deve avançar nos próximos dias. No caso do texto elaborado pela deputada Fernanda Melchionna (PSol-RS) precisará do apoio de 171 colegas de Câmara para que possa começar a tramitar. “Essa PEC é fundamental e urgente. Já estamos na luta para coletar as assinaturas necessárias”, afirmou a parlamentar.

pagamento de tributos, suspensão de juros de mora e multas, e a dispensa de observância de limitações legais em casos que exijam ações imediatas.

A PEC não supre a necessidade de planos de adaptação e resiliência climática, mas busca cuidar da situação emergencial. “Conseguimos as assinaturas necessárias para tramitar a PEC que cria um regime especial para a reconstrução do Rio Grande do Sul e um instrumento permanente para tragédias dessa magnitude. Com as frequentes emergências ambientais que têm assolado o país, nos últimos anos, é crucial termos mecanismos ágeis e eficazes para lidar com essas situações. Essa proposta visa justamente proporcionar uma resposta célere e eficiente, diante de calamidades ambientais regionais ou locais”, explicou Vieira.

Regime extraordinário

Já na Câmara, a deputada Fernanda Melchionna propôs uma PEC que possibilita à União adotar um Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações para atender às necessidades do Rio Grande do Sul. Além disso, prevê que o estado suspenda o pagamento da dívida com a União e que os gastos com combate e reconstrução possam ser abatidos da dívida.

“Situações catastróficas exigem medidas extraordinárias. O cenário do Rio Grande do Sul é de devastação total. A prioridade segue sendo o resgate célere para salvar vidas, mas é evidente que o trabalho de reconstrução do Rio Grande do Sul será longo e árduo. A União precisa facilitar o acesso do estado a recursos e a qualquer ação que tenha o objetivo de mitigar os estragos”, afirmou Fernanda.

Setor elétrico pode aportar verba

Além das duas propostas de emendas à Constituição (PECs), outros projetos estão sendo discutidos no Congresso para prover assistência emergencial ao Rio Grande do Sul. O deputado Danilo Forte (União-CE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, apresentou, ontem, duas propostas que preveem a utilização de recursos do setor elétrico para auxiliar na recuperação do estado.

O parlamentar propôs um projeto de lei colocando a recuperação do Rio Grande do Sul

como prioridade do programa de recuperação socioambiental de Itaipu Binacional, que registrou um superávit de R\$ 2 bilhões. O texto terá o deputado Alceu Moreira (MDB-RS) como coautor. A outra proposta destina recursos oriundos da capitalização da Eletrobras para as obras na região.

Por conta disso, Forte pretende apresentar um requerimento de urgência para a apreciação de vetos de recursos da Comissão de Desenvolvimento Regional, como forma de assegurar

o envio de emendas para o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), anunciou que vai sugerir que a pauta desta semana na Casa seja voltada à deliberação de matérias que tratam sobre o estado de calamidade em que estão vivendo os gaúchos.

Guimarães também sugerirá que todas as emendas dos mais de 30 deputados eleitos pelo Rio Grande do Sul sejam destinadas aos municípios atingidos pelas chuvas. “Dá mais de R\$ 1 bilhão

se for feito isso. Todos os recursos precisam ser liberados de forma emergencial”, frisou.

No Senado, os parlamentares ainda estão se mobilizando para pedir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, em adição ao decreto enviado ontem ao Congresso — que determina o estado de calamidade do Rio Grande do Sul, o que facilita o repasse de recursos —, publique uma medida provisória (MP) para “quebrar as burocracias” para liberação de verba pública destinada ao estado. (AB e AM)

Comissão auxiliará decisões

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, ontem, a criação de uma comissão temporária externa para acompanhar os trabalhos no Rio Grande do Sul e assessorar o governo federal nas decisões que dependam da intervenção do Parlamento. O colegiado tratará da “adoção de medidas que auxiliem na reconstrução das áreas afetadas pelos temporais” no estado.

“(A comissão) terá como membros toda a bancada do Rio Grande do Sul, os senadores Paulo Paim, Hamilton Mourão e Ireneu Orth (PP-RS), e também uma indicação de cada bloco partidário — no total de oito membros. Justamente para fazer o acompanhamento junto ao governo do estado e federal das medidas que estão sendo tomadas pelo Executivo e, ao mesmo tempo, centralizar as iniciativas legislativas, porque há muitas medidas que precisam ser estudadas. A própria viabilização de recursos ao estado e municípios do Rio Grande do Sul, a forma orçamentária de fazê-lo para não esbarrar em limitações que são impostas em regimes de normalidade, e isso não ser aplicado no momento de exceção, como o dessa tragédia”, explicou Pacheco.

O senador destacou que conversou com o presidente da

Geraldo Magela/Agência Senado



Paim exhibe a chave Pix do governo do Rio Grande do Sul. Ele se emocionou ao relatar a devastação que encontrou

Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para buscar “esse alinhamento das nossas instâncias”. “Inclusive, as consultorias, do Senado e da Câmara, reuniram-se pela manhã, identificando as proposições legislativas que podem ser viabilizadas. O momento é de centralidade de iniciativas, de buscar haver uma concertação entre Legislativo, Executivo — federal e estadual — para tomarmos as melhores medidas possíveis”, disse.

Segundo Pacheco, “o governador Eduardo Leite está elencando uma série de necessidades e de iniciativas que, por parte do governo do estado, serão propostas para o governo federal e que

dependerão, naturalmente, da anuência do Congresso”.

No anúncio da formação da comissão, o senador Paulo Paim (PT-RS) não conteve a emoção ao descrever a situação do estado que representa. “Não tem mais água, não tem luz, não tem gasolina. A maioria das pontes, nos lugares onde os rios passam, estão estouradas. Então, como é que vai entrar alimentação nos municípios? De fato, é um estado de guerra. Essa minha emoção não é porque quero, é porque, de fato, dói ver as pessoas chorando. Nesse momento, é um apoio total que nós precisamos. Tudo ajuda em um momento desse”, exortou Paim. (AB e AM)

» Reoneração suspensa 90 dias

Parlamentares avaliam propor uma lei para adiar, por 90 dias, a reoneração da folha de pagamento das empresas. A desoneração de 17 setores da economia foi suspensa por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Cristiano Zanin, depois de o governo judicializar o tema. Com isso, deputados e senadores podem criar uma noventena para evitar que as empresas recolham os impostos com a alíquota integral no próximo dia 20.

Tragédia mobiliza a União em socorro aos gaúchos

Como aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023, quando o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram invadidos e vandalizados por bolsonaristas que tomaram de assalto a Praça dos Três Poderes, o mundo político se uniu novamente para socorrer o Rio Grande do Sul, que registra o maior desastre natural de sua história. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não somente mobilizou os ministros, como convidou os representantes dos demais Poderes para acompanhá-lo, domingo, num sobrevoo sobre Porto Alegre e outras cidades inundadas pelas águas do Guaíba.

Foi a segunda vez, desde o início da tragédia, que Lula viajou ao Rio Grande do Sul. Desta vez, levou os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), além da bancada federal gaúcha, para uma reunião com o governador gaúcho Eduardo Leite (PSDB) e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB). O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Édson Fachin, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, também participaram. No encontro, do qual fez parte o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, houve uma espécie de pacto entre os Poderes para socorrer os gaúchos com medidas emergenciais.

Ontem, o governo federal anunciou a liberação de R\$ 580 milhões em emendas parlamentares individuais para socorro aos gaúchos. A maior parte do valor, R\$ 538 milhões, será destinada à saúde — o restante vai para cidades, educação, justiça e segurança pública. Outros R\$ 448 milhões em emendas especiais serão liberados e mais R\$ 83 milhões em emendas de bancada para a saúde. O problema é que muitas emendas precisarão ser redirecionadas para as cidades mais afetadas.

Lula também anunciou um projeto legislativo para acelerar o repasse de verbas ao Rio Grande do Sul. Até agora, foram registradas 83 mortes, 111 desaparecimentos e 291 pessoas feridas, segundo a Casa Civil. Há 149,3 mil pessoas fora de casa, sendo 20 mil em abrigos e 129,2 mil em casas de parentes ou amigos. Ao todo, 364 dos 496 municípios gaúchos estão em estado de calamidade, com 873 mil pessoas atingidas por alagamentos e destruição de parte de rodovias.

Eduardo Leite apresentou um relato completo e dramático da destruição causada pelas chuvas. Como o estado não dispõe de recursos para enfrentar os problemas, principalmente na área de infraestrutura, pediu a Lula a execução de uma espécie de Plano Marshall para recuperação do estado. A comparação foi traduzida pelo presidente quando falou que os gaúchos sempre ajudaram o desenvolvimento do país e, agora, seria a hora de o Brasil retribuir e ajudar o Rio Grande do Sul.

Retribuição

Idealizado pelo general norte-americano George Catlett Marshall, depois da II Guerra Mundial, o plano que levou seu nome totalizou um aporte de US\$ 18 bilhões aos europeus, nos países destruídos pela guerra, inclusive a antiga Alemanha Ocidental. Esses recursos foram utilizados para a reconstrução de edificações e indústrias, importação de alimentos e mercadorias processadas, bem como no financiamento da agricultura. Dois órgãos foram criados para isso: a Administração de Cooperação Econômica, pelos EUA, e a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECD).

O Plano Marshall (1947-1951) possibilitou a rápida recuperação dos países europeus. Foi uma réplica do New Deal, o programa de recuperação econômica realizado no governo de Franklin Delano Roosevelt para reerguer a economia norte-americana, após a crise de 1929, o crack da Bolsa de Valores de Nova York. Os principais beneficiados do plano foram a Inglaterra, a França e a Itália.

O plano econômico também tinha objetivos políticos: confrontar o modelo de socialismo implantado na antiga União Soviética e no Leste Europeu, estabilizar a situação política e social na Alemanha, e conter o avanço dos partidos comunistas na França e na Itália.

Os EUA e a Europa Ocidental apostaram na melhoria dos níveis de consumo material da população, além da criação de uma forte estrutura estatal de oferecimento de serviços sociais, nas áreas de saúde, educação e emprego. Deu certo: foram alcançadas altas taxas de crescimento econômico. O plano serviu, ainda, para criar as bases do “estado de bem-estar social” europeu.

O texto do decreto enviado por Lula ao Congresso reconhece “a ocorrência do estado de calamidade pública em parte do território nacional, para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Rio Grande do Sul”. Pela proposta, a União fica autorizada a fazer despesas e renúncias fiscais em favor do estado sem cumprir o limite de gastos, e flexibiliza regras para contratação de serviços e compra de produtos por parte do poder público.

Do ponto de vista político, já surgem divergências entre os deputados da bancada gaúcha quanto ao redirecionamento de recursos e o mercado sinaliza que o equilíbrio fiscal deve ser mantido. Mas quem está mantendo a iniciativa é o governo federal, que também organiza o amplo movimento de solidariedade às vítimas para que as doações de roupas e alimentos cheguem aos mais necessitados.